

30/09/2008

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 90.693-1 BAHIA

RELATORA ORIGINÁRIA : MIN. ELLEN GRACIE  
RELATOR PARA O : MIN. EROS GRAU  
ACÓRDÃO  
PACIENTE(S) : AMARO ALVES NOGUEIRA  
IMPETRANTE(S) : HENRIQUE MARCULA LIMA  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NÃO CONVALIDAÇÃO DO EXCESSO.

Estando o paciente preso cautelarmente desde o ano de 2004, a sentença de pronúncia, proferida após quatro anos, não convalida o excesso de prazo da instrução criminal. Em que pese a superveniência da pronúncia após a impetração do HC, no STJ, a implicar prejudicialidade da impetração, impõe-se a concessão da ordem, de ofício.

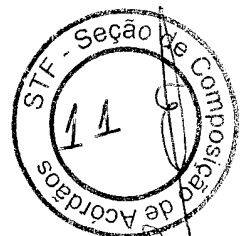
Ordem concedida, de ofício.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por votação majoritária, concedeu de ofício, a ordem de *habeas corpus*.

Brasília, 30 de setembro de 2008.

 EROS GRAU - REDATOR P/ ACÓRDÃO



30/09/2008

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 90.693-1 BAHIA**

RELATORA ORIGINÁRIA : MIN. ELLEN GRACIE  
RELATOR PARA O : MIN. EROS GRAU  
ACÓRDÃO  
PACIENTE(S) : AMARO ALVES NOGUEIRA  
IMPETRANTE(S) : HENRIQUE MARCULA LIMA  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento do HC nº 46.331/BA, denegou a ordem, requerida em *writ* anteriormente aforado perante aquela Corte, sob o fundamento da aplicação do enunciado 52 do STJ.

2. Consta nos autos que o paciente, juntamente com três co-réus, foi denunciado em 27.03.2005 pela suposta prática de crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal e art. 12, da Lei nº 10.826/03 c/c art. 1º, I da Lei 8.072/90. (fl. 14).

Em 06.01.2005, o juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Paulo Afonso-BA decretou prisão preventiva do paciente. (fl. 19)

Inconformado com a sentença, interpôs *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pleiteando, o que foi denegado.

Houve interposição de novo *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que também foi denegado, com fundamento de que o “alegado excesso de prazo no término da instrução criminal: incidência do enunciado 52 da Súmula deste STJ “encerrada a instrução criminal, fica superada a legação de constrangimento por excesso de prazo.” (fl. 50)

**HC 90.693 / BA**

Narra que, o paciente está preso desde o dia 15.12.2004 e que *“até a presente data não se chegou à decisão de pronúncia ou impronúncia com relação ao ora paciente.* (fl. 4) Ressalta que a defesa contribuiu para o bom andamento do processo e o fato de ter sido encerrada a instrução criminal não justifica a ilegalidade sofrida. (fl. 8)

3. Assim, requer a concessão da ordem para determinar a expedição de alvará de soltura. (fl. 11)

4. O pedido de liminar foi indeferido (fl. 66/70).

5. Parecer da Procuradoria-Geral da República no sentido do não conhecimento da ordem; e se conhecida, pela denegação (fls. 94/97).

É o relatório.



HC 90.693 / BA

## V O T O

A Senhora Ministra Ellen Gracie - (Relatora): 1. As alegações do impetrante apontam, em síntese, constrangimento ilegal devido ao excesso de prazo na instrução criminal.

As informações prestadas pelo juízo monocrático indicam que foi prolatada a sentença de pronúncia em 11.04.2007, data posterior ao ajuizamento deste *writ* e do ato ora atacado no STJ.

Na sentença de pronúncia, o juiz recomendou o cárcere ao paciente e aos outros co-réus onde eles se encontram (fl. 89, o que implica novo título que fundamenta a custódia cautelar.

Reconheço que não há que se falar em excesso de prazo após a sentença de pronúncia, quando já encerrada a instrução criminal referente ao procedimento dos crimes de competência do tribunal do júri.

Esta Corte já apreciou a questão no julgamento do HC nº 86.473/BA, relator Min. Carlos Britto, destacando-se o seguinte trecho da ementa (1ª Turma, DJ 31.03.2006):

*“HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO INJUSTIFICADO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIÊNCIA DE PRONÚNCIA. PREJUDICIALIDADE. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO JULGAMENTO DO WRIT NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PELA AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DA PAUTA. Resta superada a alegação de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal quando sobrevém novo título a legitimar a custódia do paciente. A ausência de publicação da pauta não acarreta a nulidade do julgamento do habeas corpus (Súmula 431/STF). Em especial, quando não há pedido de intimação do ato de inclusão do feito em pauta. Habeas Corpus indeferido.*

**HC 90.693 / BA**

No mesmo sentido: HC 94.293, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, maioria, DJ de 01.08.2008 e HC 93.673, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, maioria, DJ de 27.06.2008.

Ademais, quando da decisão referente à prisão ora atacada ainda não havia a sentença de pronúncia. Na atual situação processual, a questão da nova fundamentação da prisão cautelar não foi objeto de pronunciamento por parte do Superior Tribunal de Justiça, o que inviabiliza o próprio julgamento de tais questões pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de supressão de instância.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.



**30/09/2008****SEGUNDA TURMA****HABEAS CORPUS 90.693-1 BAHIA**

À revisão de aparte dos Senhores Ministros Celso de Mello (Presidente), Ellen Gracie (Relatora), Cezar Peluso e Eros Grau.

V O T O

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** Vossa Excelência não conhece deste pedido de "habeas corpus".

Teria ocorrido superveniência de novo título?

**A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) -** De novo título de decretação de prisão.


**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** Consta que o paciente estaria preso desde 2004.

**A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) -** Sim, Presidente, desde 15.12.2004.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** E sobreveio, agora, a pronúncia?

**HC 90.693 / BA**


**A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA)** - E agora houve a sentença de pronúncia, quer dizer, posteriormente ao acórdão do Superior Tribunal de Justiça.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** Ministro CEZAR PELUSO, nestes casos, mesmo com a decisão de pronúncia, mas considerando o excesso de prazo - faz quatro anos que o paciente está preso -, temos entendido, presente tal circunstância, que a superveniência da pronúncia não gera situação de prejudicialidade. 

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO** - Após a pronúncia, quatro anos?

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** Não, a pronúncia só ocorreu agora. 

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO** - Ele está preso há quatro anos?

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** Está preso desde 2004, há quase quatro anos. 


HC 90.693 / BA

**A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA)** - Em dezembro de 2004, ele foi preso.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO** - Não fixamos aquele período de 83 dias, mas quatro anos.

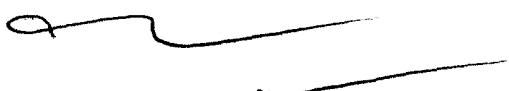
**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** É **excessivo** o prazo de prisão cautelar **já decorrido:** quatro (04) anos!!!

A eminente Ministra-Relatora, contudo, não conhece deste pedido porque sobreveio a decisão de pronúncia.



**A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA)** - Nessa sentença, o magistrado expressamente apontou a necessidade da permanência da prisão. Então, eu acatei.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** O magistrado, ao manter a prisão cautelar do paciente na decisão de pronúncia, limitou-se a renovar as razões por ele precedentemente invocadas?




**A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA)** - Sim. O tipo de delito também deve ter pesado.



HC 90.693 / BA


Eu mantenho a minha posição, Presidente.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** A eminente Relatora não conhece porque a questão pertinente à nova fundamentação da prisão cautelar veiculada na decisão de pronúncia não foi apreciada pelo E. Superior Tribunal de Justiça, o que inviabilizaria, consoante sustenta a Senhora Relatora, o próprio julgamento de tal matéria pelo Supremo, sob pena de supressão de instância.



**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO** - Podemos conceder, de ofício.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente):** A eminente Ministra-Relatora reafirma sua posição de não conhecer desta ação de "*habeas corpus*"? Observo que Vossa Excelência, Senhora Relatora, tem concedido "*habeas corpus*" em situações similares.



**O SENHOR MINISTRO EROS GRAU:** - É verdade. Exatamente aquela situação.

**30/09/2008****SEGUNDA TURMA****HABEAS CORPUS 90.693-1 BAHIA****V O T O**

**O SENHOR MINISTRO Eros Grau:** Estando o paciente preso cautelarmente desde o ano de 2004, a sentença de pronúncia, proferida quatro anos depois, não convalida o excesso de prazo da prisão cautelar. Em que pese a superveniência da pronúncia após a impetração do HC, no STJ, a implicar prejudicialidade da impetração, impõe-se a concessão da ordem, de ofício.

Concedo a ordem, de ofício, a fim de que o paciente aguarde, em liberdade, o julgamento.



**SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 90.693-1**

PROCED.: BAHIA

**RELATORA ORIGINÁRIA : MIN. ELLEN GRACIE**

RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. EROS GRAU

PACTE.(S): AMARO ALVES NOGUEIRA

IMPTE.(S): HENRIQUE MARCULA LIMA

COATOR(A/S) (ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma, por votação majoritária, **concedeu**, de ofício, a ordem de **habeas corpus**, **nos termos** do voto do Ministro Eros Grau, vencida a Relatora que não conhecia do pedido. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Eros Grau. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 30.09.2008.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ellen Gracie, Cezar Peluso e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Compareceu à Turma o Senhor Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Tribunal, a fim de julgar processos a ele vinculados, assumindo, nesta ocasião, a Presidência da Turma, de acordo com o art. 148, parágrafo único, RISTF.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador